



Simulado Especial

TJ RJ

Analista Judiciário Sem Especialidade

Pré-Edital

Caderno de Prova

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso TJ-RJ, cargo de **Analista Judiciário Sem Especialidade**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - A participação no ranking classificatório só será permitida até o horário de liberação do gabarito;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/Zuv8KyucYeJ8t9vj6>

01 - A B C D E	13 - A B C D E	25 - A B C D E	37 - A B C D E	49 - A B C D E
02 - A B C D E	14 - A B C D E	26 - A B C D E	38 - A B C D E	50 - A B C D E
03 - A B C D E	15 - A B C D E	27 - A B C D E	39 - A B C D E	51 - A B C D E
04 - A B C D E	16 - A B C D E	28 - A B C D E	40 - A B C D E	52 - A B C D E
05 - A B C D E	17 - A B C D E	29 - A B C D E	41 - A B C D E	53 - A B C D E
06 - A B C D E	18 - A B C D E	30 - A B C D E	42 - A B C D E	54 - A B C D E
07 - A B C D E	19 - A B C D E	31 - A B C D E	43 - A B C D E	55 - A B C D E
08 - A B C D E	20 - A B C D E	32 - A B C D E	44 - A B C D E	56 - A B C D E
09 - A B C D E	21 - A B C D E	33 - A B C D E	45 - A B C D E	57 - A B C D E
10 - A B C D E	22 - A B C D E	34 - A B C D E	46 - A B C D E	58 - A B C D E
11 - A B C D E	23 - A B C D E	35 - A B C D E	47 - A B C D E	59 - A B C D E
12 - A B C D E	24 - A B C D E	36 - A B C D E	48 - A B C D E	60 - A B C D E

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/E8Zo>

CONHECIMENTOS GERAIS
LÍNGUA PORTUGUESA
Luiz Felipe

É surpreendente o que a linguagem consegue fazer. Com poucas sílabas, ela consegue expressar um incalculável número de pensamentos, a tal ponto que, até para um pensamento pela primeira vez apreendido por um ser humano, ela encontra uma roupagem por meio da qual um outro ser humano é capaz de apreendê-lo, ainda que esse pensamento lhe seja inteiramente novo. Isso não seria possível se não pudéssemos distinguir no pensamento partes que correspondem a partes de uma sentença, de modo que a estrutura da sentença sirva como imagem da estrutura do pensamento. É verdade que falamos figuradamente quando aplicamos ao pensamento a relação todo-parte. Essa analogia, porém, é tão clara e, de modo geral, tão pertinente que dificilmente nos deixamos perturbar por suas eventuais imperfeições.

Se encaramos os pensamentos como compostos de partes simples, e se a estas correspondem, por sua vez, partes simples da sentença, então podemos compreender como é possível formar, a partir de poucas partes da sentença, uma grande variedade de sentenças, às quais, por sua vez, corresponde uma grande variedade de pensamentos. Cabe aqui perguntar como o pensamento se constrói e como suas partes são combinadas de modo que o todo se torne algo mais do que as partes isoladamente.

Gottlob Frege. Pensamentos compostos. Uma investigação lógica. Tradução: Paulo Alcoforado. In: Educação e Filosofia. v. 14, n. 27/28, p. 243-268, 2000 (com adaptações).

1. Segundo o autor, o que possibilita à linguagem expressar até mesmo pensamentos totalmente novos?

- a) O fato de que todo pensamento já existe previamente na mente humana.
- b) A analogia entre pensamento e sentença, na relação de todo e parte.

c) A repetição de estruturas linguísticas já consagradas culturalmente.

d) O uso de figuras de linguagem que ampliam o poder expressivo.

e) A capacidade natural do ser humano de criar conceitos abstratos.

2. No trecho “Isso não seria possível se não pudéssemos distinguir no pensamento partes que correspondem a partes de uma sentença”, a condição para a impossibilidade está em

a) não haver analogia entre linguagem e pensamento.

b) não existir pensamento sem representação.

c) não distinguir as partes do pensamento e da sentença.

d) não existir relação entre palavra e coisa.

e) não haver clareza na comunicação humana.

3. Quando o autor afirma “É verdade que falamos figuradamente quando aplicamos ao pensamento a relação todo-parte”, ele reconhece que

a) a comparação entre pensamento e linguagem é apenas uma metáfora, sem validade.

b) a metáfora pode ter imperfeições, mas é útil para compreender a relação.

c) o pensamento é, de fato, dividido em partes objetivas como na gramática.

d) o raciocínio figurado é superior ao raciocínio lógico.

e) a linguagem não consegue representar o pensamento adequadamente.

4. O trecho “a estrutura da sentença sirva como imagem da estrutura do pensamento” sugere que

a) a linguagem copia fielmente o pensamento.

b) a relação entre pensamento e linguagem é de espelhamento funcional.

c) a sentença cria o pensamento que depois será comunicado.

d) o pensamento é construído a partir da gramática.

e) não há relação entre sentença e pensamento.

5. No início do texto, a expressão “É surpreendente o que a linguagem consegue fazer” tem a função de

a) apresentar a tese central do autor.

b) introduzir uma metáfora poética.

c) antecipar uma crítica negativa à linguagem.

d) resumir a conclusão final.

e) indicar um argumento de autoridade.

6. O uso de expressões como “é surpreendente” e “cabe aqui perguntar” revela que o texto

a) adota uma postura subjetiva, com marcas opinativas.

b) se mantém neutro, sem envolvimento do autor.

c) tem caráter instrucional, voltado a ensinar regras práticas.

d) busca apenas relatar dados objetivos sobre o pensamento.

e) se limita a descrever conceitos sem problematizá-los.

7. Entre as frases a seguir, indique aquela que apresenta erro de pontuação no que diz respeito ao emprego da vírgula.

a) Ao chegar ao trabalho, Maria percebeu que havia esquecido a pasta em casa.

b) Os resultados da pesquisa, foram divulgados pela equipe técnica na última reunião.

c) Durante o inverno rigoroso, muitos animais procuram abrigo em locais mais quentes.

d) É preciso cuidado, sobretudo, com a forma de comunicar más notícias à equipe.

e) Se o candidato não apresentar os documentos exigidos, não poderá assumir o cargo.

8. Assinale a alternativa em que o termo ESTRANGEIRO pertence à classe do substantivo.

a) Os **estrangeiros** chegaram cedo ao porto, aguardando o desembarque da tripulação.

b) Ele fala com um sotaque claramente **estrangeiro**, difícil de identificar.

c) As mercadorias **estrangeiras** foram taxadas de maneira severa pelo governo.

d) Entre os convidados, havia uma senhora **estrangeira** muito simpática.

e) Sempre achei estranho esse ar **estrangeiro** presente em sua fala.

9. O pleonasmo vicioso caracteriza-se pela repetição desnecessária de palavras ou ideias, gerando redundância na comunicação.

Assinale a frase em que ocorre esse vício de linguagem.

a) Voltou a repetir os mesmos argumentos já apresentados na reunião anterior.

b) A empresa decidiu ampliar os investimentos em pesquisa e inovação tecnológica.

c) A cada ano, cresce a preocupação com a preservação ambiental em áreas urbanas.

d) Ele comprou um carro usado, mas em ótimo estado de conservação.

e) Os atletas se preparam intensamente para a competição internacional.

10. Nas frases a seguir, há casos de inadequação no uso dos pronomes.

Assinale a opção cuja construção está correta quanto ao emprego pronominal.

a) Esses documentos, precisamos analisá-los com bastante atenção.

b) O segredo, ninguém contou ele para mim.

c) As crianças, devemos proteger de qualquer perigo.

d) O que você, você não deveria ter dito aquilo.

e) O relatório, eles entregaram ele já revisado ontem à noite.

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO*Fabiano Pereira*

11. Durante auditoria em uma secretaria estadual, verificou-se que o servidor Carlos, ocupante de cargo público efetivo, recebeu pagamentos indevidos de uma empresa privada em troca de favorecer a contratação de serviços por preço superior ao de mercado. Constatou-se ainda que o gestor Marcos, responsável pela liberação de recursos financeiros, autorizou repasse de verbas públicas sem observar os requisitos legais para a sua correta destinação.

De acordo com a Lei nº 8.429/1992 de Improbidade Administrativa, assinale a alternativa correta.

- a) A conduta de Carlos caracteriza ato de improbidade que importa em enriquecimento ilícito, sujeitando-o à perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente, suspensão dos direitos políticos até 14 anos, multa civil equivalente ao acréscimo patrimonial e proibição de contratar com o poder público pelo mesmo período.
- b) A conduta de Marcos configura enriquecimento ilícito, sujeitando-o à suspensão dos direitos políticos até 14 anos e perda da função pública.
- c) O recebimento de vantagem por Carlos para facilitar contratação superior ao preço de mercado caracteriza ato que causa prejuízo ao erário, sujeito a multa civil equivalente ao dano e suspensão dos direitos políticos até 12 anos.
- d) A liberação irregular de verbas públicas por Marcos caracteriza ato que atenta contra os princípios da Administração, sujeito a multa civil de até 24 vezes a remuneração percebida e proibição de contratar com o poder público por até 4 anos.
- e) O recebimento de valores indevidos por Carlos, embora ilícito, não gera improbidade administrativa, mas apenas infração disciplinar.

12. Na Prefeitura do município de Vitória Azul, o gestor Paulo permitiu que veículos e máquinas pertencentes ao patrimônio público fossem utilizados em obra particular de um empresário local, sem qualquer formalidade legal. Já a servidora Luciana, lotada na área de fiscalização, aceitou vantagem indevida para tolerar a exploração de uma atividade ilícita relacionada a contrabando na cidade.

De acordo com a Lei nº 8.429/1992 de Improbidade Administrativa, assinale a alternativa correta.

- a) O ato de Luciana não constitui improbidade, mas infração disciplinar passível apenas de sanção administrativa.
- b) A utilização dos veículos públicos em obra particular constitui ato de enriquecimento ilícito, sujeito a multa civil equivalente ao acréscimo patrimonial e suspensão dos direitos políticos até 14 anos.
- c) O recebimento de vantagem indevida por Luciana configura ato que causa prejuízo ao erário, sujeito à perda da função pública e multa civil equivalente ao dano.
- d) A conduta de Paulo caracteriza ato que atenta contra os princípios da administração, sujeitando-o a multa civil de até 24 vezes a remuneração recebida e proibição de contratar com o poder público por até 4 anos.
- e) A conduta de Paulo caracteriza ato que causa lesão ao erário, sujeitando-o à suspensão dos direitos políticos por até 12 anos, multa civil equivalente ao valor do dano e perda da função pública.

13. No município de Boa Esperança, o prefeito Rogério nomeou sua esposa para ocupar cargo em comissão na secretaria municipal de saúde, em prática de nepotismo. Por sua vez, o secretário André autorizou que uma empresa privada utilizasse bens públicos sem observância de qualquer formalidade legal, favorecendo interesses particulares.

De acordo com a Lei nº 8.429/1992 de Improbidade Administrativa, assinale a alternativa correta.

- a) A conduta de André caracteriza ato que atenta contra os princípios da Administração, sujeito à multa civil de até 24 vezes a remuneração percebida e proibição de contratar com o poder público por até 4 anos.
- b) A nomeação de cônjuge por Rogério constitui ato de enriquecimento ilícito, sujeitando-o à suspensão dos direitos políticos até 14 anos.
- c) A conduta de Rogério configura ato que atenta contra os princípios da Administração Pública, sujeitando-o a multa civil de até 24 vezes o valor da remuneração e à proibição de contratar com o poder público por até 4 anos.
- d) O ato de André constitui infração disciplinar, mas não improbidade administrativa.
- e) A nomeação praticada por Rogério configura ato que causa prejuízo ao erário, sujeito à suspensão dos direitos políticos até 12 anos e multa equivalente ao dano.

DIREITO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA*Lilian Novakoski*

14. Nos termos da Lei nº 13.146/2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência – LBI), assinale a alternativa correta:

- a) A deficiência retira a plena capacidade civil da pessoa, especialmente quanto ao exercício de direitos sexuais, reprodutivos e familiares.
- b) A pessoa com deficiência somente pode casar-se ou constituir união estável mediante autorização judicial.
- c) A deficiência não afeta a plena capacidade civil da pessoa, inclusive para casar-se, exercer direitos sexuais e reprodutivos, decidir sobre o número de filhos e exercer o direito à guarda, à tutela e à curatela.
- d) A curatela das pessoas com deficiência é regra geral e abrange todos os atos da vida civil.
- e) A LBI não trata da capacidade civil, restringindo-se a normas de acessibilidade.

15. A Lei Brasileira de Inclusão prevê que a concepção de produtos, ambientes, programas e serviços a serem usados por todas as pessoas, sem necessidade de adaptação refere-se a:

- a) Acessibilidade
- b) Barreiras
- c) Tecnologia assistiva ou ajuda técnica
- d) Desenho Universal
- e) Mobiliário Urbano

16. Julgue as assertivas:

I - os programas habitacionais, públicos ou subsidiados com recursos públicos, a pessoa com deficiência ou o seu responsável goza de prioridade na aquisição de imóvel para moradia própria, observada a reserva de no mínimo 3% sobre as unidades habitacionais para as pessoas com deficiência.

II - É vedada restrição ao trabalho da pessoa com deficiência e qualquer discriminação em razão de sua condição, inclusive nas etapas de recrutamento, seleção, contratação, admissão, exames admissional e periódico, permanência no emprego, ascensão profissional e reabilitação profissional, bem como exigência de aptidão plena.

III - Os hotéis, pousadas e estabelecimentos similares devem ser construídos em conformidade com os princípios do desenho universal e adotar todas as medidas de acessibilidade previstas na legislação vigente. Quanto às edificações já existentes na data de publicação da Lei Brasileira de Inclusão, estas devem assegurar que 10% (dez por cento) de seus dormitórios sejam acessíveis, salvo nos casos em que haja impossibilidade técnica comprovada por laudo estrutural, em razão de riscos à edificação. Nessa hipótese, o laudo deverá ser renovado a cada 5 (cinco) anos.

Estão corretas

- a) I e II
- b) II e III
- c) III
- d) Todas estão incorretas
- e) Todas estão corretas

LEGISLAÇÃO ESPECIAL*Tiago Zanolla*

17. Segundo a Lei nº 10.633/2024, assinale a alternativa correta quanto às incumbências dos órgãos que integram a estrutura administrativa do TJ-RJ:

- a) Ao Órgão Especial compete exclusivamente a formação e o aperfeiçoamento permanente de magistrados.
- b) Ao Conselho da Magistratura compete a função administrativa recursal e ordinária, nos termos do Regimento Interno.
- c) À Escola de Mediação compete a formação e aperfeiçoamento permanente de servidores do Poder Judiciário.
- d) Ao Fundo Especial do Tribunal de Justiça compete a gestão de receitas exclusivamente da EMERJ.
- e) À Escola de Administração Judiciária compete o treinamento de mediadores e conciliadores judiciais.

18. Nos termos do Decreto nº 2.479/1979, assinale a alternativa correta:

- a) A pena de advertência deve ser sempre aplicada por escrito, ainda que em casos leves de negligência.
- b) A pena de repreensão aplica-se apenas em casos de reincidência em falta punível com advertência.
- c) A pena de suspensão pode chegar ao limite máximo de 120 dias.
- d) A pena de suspensão pode, quando conveniente ao serviço, ser convertida em multa de 50% por dia de vencimento, devendo o servidor permanecer em atividade.
- e) A destituição de função impede a aplicação de qualquer outra penalidade.

19. Nos termos do Código de Normas da CGJ/RJ, assinale a alternativa correta quanto aos atos que podem ser expedidos pelo Corregedor-Geral de Justiça:

- a) A portaria tem caráter normativo geral e abstrato, sendo utilizada para consolidar normas da Corregedoria.
- b) A convocação é o instrumento por meio do qual se convocam magistrados e servidores para atividades administrativas.
- c) O aviso é ato reservado que dá ciência aos magistrados sobre decisões judiciais sigilosas.
- d) A ordem de serviço é destinada a divulgar notícias de interesse geral a todo o Poder Judiciário.
- e) O provimento é instrumento apenas para aplicar a lei em casos concretos, sem caráter normativo.

20. Nos termos do Regimento Interno do TJRJ, compete ao Tribunal Pleno:

- a) Apenas julgar feitos administrativos internos, sem competência eleitoral ou de composição de listas.
- b) Eleger o Presidente, o Corregedor-Geral da Justiça e os Vice-Presidentes, além do Diretor da Escola da Magistratura.
- c) Nomear diretamente os juristas que integrarão o Tribunal Regional Eleitoral.
- d) Indicar os membros do Conselho Nacional de Justiça em nome do Tribunal.
- e) Designar, em definitivo, os Presidentes das Câmaras de Direito Privado.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Ricardo Torques

21. Caio foi recentemente empossado servidor no TJ-RJ e lotado em uma das varas cíveis de Niterói-RJ. Considerando o expressivo volume de processos, pretende propor sugestões ao juiz titular para otimizar o fluxo, julgando feitos relativamente simples com prioridades em relação aos complexos. O juiz, então, alertou Caio da necessidade de observância – ainda que preferencial –, da ordem cronológica dos processos. Caio respondeu corretamente que poderiam ser julgados anteriormente e estão excluídos das regras citadas, processos

- a) com valor da causa de até R\$ 20.000,00.
- b) sem necessidade de instrução probatória.
- c) em que o réu for revel.
- d) em que esteja pendente julgamento de embargos de declaração.
- e) com valor da causa de até R\$ 40.000,00.

22. Caio, residente em Cabo-Frio/RJ, ajuizou ação fundada em direito real sobre bem móvel em desfavor de Tício, que possui domicílios em Duque de Caxias/RJ e Macaé/RJ. Considerando que o bem móvel encontra-se situado em Búzios/RJ, a competência para julgar o feito será

- a) de Cabo Frio/RJ.
- b) Búzios/RJ.
- c) Duque de Caxias/RJ ou Macaé.
- d) Búzios/RJ ou Cabo Frio/RJ.
- e) Macaé ou Cabo Frio/RJ.

23. Mévio ajuizou ação de indenização por danos morais em desfavor de Caio, alegando ter sido vítima de ofensas em redes sociais. No pedido, pleiteou pela condenação de Caio ao pagamento de R\$ 50.000,00 (trinta mil reais) a título de danos morais. Após a instrução, o juízo condenou Caio ao pagamento de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais). Considerando o caso narrado, os honorários serão fixados

- a) entre o mínimo de dez e o máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação.
- b) entre o mínimo de dez e o máximo de vinte por cento sobre o valor da causa.
- c) entre o mínimo de cinco e o máximo de dez por cento sobre o valor da condenação
- d) entre o mínimo de cinco e o máximo de dez por cento sobre o valor da causa.
- e) entre o mínimo de cinco e o máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação

24. Em determinado processo judicial, quando da prolação da decisão de saneamento, o juízo entendeu pela determinação da realização da prova pericial, mesmo autor e réu não tendo feito pedido nesse sentido e não sendo beneficiários da gratuidade de justiça. De acordo com o Código de Processo Civil, a remuneração do perito será

- a) adiantada pela parte autora.
- b) adiantada pela parte ré.
- c) adiantada pela parte autora ou pela parte ré, a critério do juízo.
- d) rateada entre as partes.
- e) custeada pelo Estado.

25. Em determinada ação de indenização por danos morais e materiais, o juízo da vara cível de Belford Roxo/RJ julgou parcialmente procedente os pedidos. O réu, inicialmente, não pretendia apresentar apelação e não o fez no prazo legal. Apesar disso, o autor apresentou a sua apelação e o réu foi intimado para apresentação de

contrarrazões, pretendendo, agora, apresentar recurso adesivo. De acordo com o Código de Processo Civil, o recurso adesivo,

- a) Não é cabível na apelação.
- b) Não fica subordinado ao recurso independente.
- c) Não será conhecido, se houver desistência do recurso principal.
- d) Será conhecido, ainda que o recurso principal seja considerado inadmissível.
- e) Somente será cabível em recursos especiais e extraordinários.

26. Maria foi recentemente empossada no TJ-RJ para assessorar o juízo da vara cível de Angra dos Reis/RJ, auxiliando na edição de minutas de decisões de saneamento e de sentença para ulterior aprovação do juiz. Na confecção das minutas, Maria deverá observar em relação às provas no processo civil que

- a) A parte que alegar direito estrangeiro provar-lhe-á o teor e a vigência, independentemente de determinação judicial.
- b) O juiz não poderá admitir a utilização de prova produzida em outro processo.
- c) O terceiro que não faça parte do processo não pode ser obrigado a exibir coisa ou documento que esteja em seu poder.
- d) O juiz aplicará as regras de experiência comum subministradas pela observação do que ordinariamente acontece e, ainda, as regras de experiência técnica, ressalvado, quanto a estas, o exame pericial.
- e) Os fatos, ainda que notórios, dependem de prova.

LEGISLAÇÃO*Tiago Zanolla*

27. Nos termos do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro, são órgãos de assessoramento ao Corregedor-Geral de Justiça, exceto:

- a) Gabinete da Corregedoria Geral da Justiça.
- b) Diretoria-Geral de Fiscalização e Apoio às Serventias Extrajudiciais.
- c) Assessoria de Comunicação.
- d) Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro.
- e) Gabinete dos Juízes Auxiliares da Corregedoria Geral da Justiça.

28. De acordo com o art. 60 do Código de Normas da CGJ/RJ (Parte Judicial), acerca do funcionamento do Protocolo Geral das Varas – PROGER, é correto afirmar que:

- a) O PROGER pode receber petições destinadas aos Tribunais, inclusive relativas a Recurso Especial e Extraordinário, desde que acompanhadas de GRERJ quitada.
- b) O PROGER limita-se à verificação do endereçamento, da existência de anexos, se houver, e ao lançamento de firma de advogado ou estagiário.
- c) As petições dirigidas à Vara de Execuções Penais (VEP) devem ser obrigatoriamente apresentadas no PROGER do fórum central da capital.
- d) Apenas petições subscritas por advogados podem ser recebidas no PROGER, sendo vedado o recebimento de petições de peritos, leiloeiros e administradores judiciais.
- e) É vedado às partes desassistidas de advogado protocolar qualquer petição no PROGER, mesmo quando se tratar de processos em curso nos Juizados Especiais Cíveis.

29. Com base nas Normas da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro, no tocante ao recolhimento das custas e à certificação pelas varas, assinale a alternativa correta.

- a) O cumprimento de sentença está sujeito à taxa judiciária de 2% do valor executado, deduzindo-se o valor pago na fase cognitiva, sem incidência sobre honorários e multas.
- b) Nas execuções de honorários advocatícios ou periciais, bem como nas de sentença penal condenatória e arbitral, a taxa judiciária será calculada sobre o valor remanescente após o abatimento do que foi pago na fase cognitiva.
- c) O prazo para pagamento das custas é de 10 (dez) dias após a notificação postal, findo o qual a serventia expedirá certidão ao DEGAR e arquivará os autos.
- d) Nas cartas de sentença eletrônicas e antigas sem cálculo, caberá à Vara de Execuções Penais apurar custas e taxa judiciária no momento do pagamento, desde que o réu não seja beneficiário da gratuidade da justiça.
- e) Constatada a ausência de recolhimento correto de custas, o serventuário deve certificá-lo e, em caso de dúvida, proceder ao cálculo por conta própria, independentemente de apreciação judicial.

30. De acordo com as Normas da Corregedoria Geral da Justiça, no que se refere às atribuições dos Núcleos de Distribuição e Citação dos Juizados Especiais Cíveis (NADAC), é correto afirmar que

- a) o NADAC pode receber petições iniciais em meio físico, acompanhadas de mídias digitais, para digitalização e distribuição aos Juizados Especiais Cíveis.
- b) compete ao NADAC digitalizar petições intercorrentes apresentadas por parte desassistida de advogado/defensor e que não possua certificado digital ICP-Brasil, inserindo-as no sistema e restituindo-as imediatamente à parte.
- c) o NADAC deve expedir a citação exclusivamente por meio eletrônico, não sendo admitida a utilização de via postal com AR ou comprovante de entrega.
- d) quando houver indisponibilidade do sistema, a petição urgente deverá ser recebida fisicamente e distribuída, permanecendo em meio físico até o fim do processo.
- e) o NADAC pode reter a petição física protocolada até que o juiz aprecie o mérito, devendo apenas depois digitalizá-la e devolvê-la à parte.

31. Compete ao Chefe da Central de Audiência de Custódia, segundo as Normas da CGJ/SP:

- a) cientificar o magistrado sobre eventuais irregularidades administrativas ou judiciais de que tiver ciência.
- b) decidir sobre irregularidades cartorárias, encaminhando relatório à Corregedoria apenas quando provocado.
- c) autorizar a realização de audiências de custódia em regime virtual ou remoto, em caso de indisponibilidade física de sala.
- d) elaborar parecer conclusivo sobre o mérito da prisão, submetendo-o ao juiz.
- e) requisitar diretamente servidores de outras unidades em caso de carência de pessoal.

LEGISLAÇÃO - LEI FEDERAL 12.153/2009*Ricardo Torques*

32. Bárbara pretende ajuizar ação em desfavor do Estado do Rio de Janeiro, em que pedirá parcelas vencidas e parcelas vincendas no âmbito do juizado especial da fazenda pública. Para além disso, pretende requerer medida antecipatória. De acordo com a Lei 12.153/2009, assinale a alternativa correta.

- a) No foro onde estiver instalado Juizado Especial da Fazenda Pública, a sua competência é absoluta.
- b) A adoção de medidas antecipatórias é incompatível com a lei 12.153/2009.
- c) Pessoa física não pode ser autora nos Juizados Especiais da Fazenda Pública.
- d) Por versar sobre obrigações vincendas, para fins de competência do Juizado Especial, a soma de 12 (doze) parcelas vincendas e de eventuais parcelas vencidas poderá exceder o valor de 60 (sessenta) salários-mínimos.
- e) Não haverá prazo diferenciado para a prática de qualquer ato processual pelas pessoas jurídicas de direito público.

DIREITO ADMINISTRATIVO*Fabiano Pereira*

33. No que se refere à extinção e correção dos atos administrativos, assinale a opção correta.

- a) A revogação é o instrumento adequado para retirar do ordenamento jurídico um ato administrativo ilegal, já que se analisa a sua incompatibilidade com a lei.
- b) A anulação é o mecanismo que se fundamenta na análise de conveniência e oportunidade, retirando atos válidos que não mais atendem ao interesse público.
- c) A cassação ocorre quando um ato administrativo válido é retirado em razão do descumprimento das condições pelo beneficiário, tornando insustentável a sua manutenção.
- d) A convalidação é admitida em qualquer hipótese de vício, inclusive quando houver desvio de finalidade, pois visa preservar a estabilidade das relações jurídicas.
- e) O princípio da autotutela autoriza a Administração apenas a revogar atos ilegais, devendo deixar a anulação exclusivamente ao Poder Judiciário.

34. Carlos é servidor público estadual e, no exercício de suas funções, descumpriu deliberadamente normas internas, praticando ato de desrespeito à disciplina do órgão. Após procedimento administrativo, foi-lhe aplicada penalidade de suspensão.

Considerando a situação descrita e os poderes da Administração Pública, assinale a opção correta.

- a) A conduta da Administração encontra respaldo no poder hierárquico, já que este permite punir os servidores pela prática de infrações funcionais, bem como estabelecer regras internas de conduta.
- b) O poder disciplinar é o fundamento para a aplicação de sanções a servidores e também a particulares que estejam vinculados à Administração por contratos ou atos de delegação de serviços públicos.

c) O poder de polícia é o que justifica a punição aplicada a Carlos, pois visa restringir direitos individuais em prol do interesse coletivo e da ordem administrativa.

d) A aplicação de penalidade depende do poder regulamentar, já que este confere à Administração a prerrogativa de editar normas gerais e abstratas e, consequentemente, sancionar os que as descumprem.

e) A Administração somente poderia aplicar sanção a Carlos mediante autorização judicial, visto que não possui poder próprio para impor penalidades a seus servidores.

35. No que se refere aos princípios expressos e implícitos da Administração Pública, assinale a opção correta.

- a) O princípio da legalidade exige que a Administração atue sempre dentro dos limites estabelecidos em lei, não lhe sendo possível adotar condutas sem previsão legal.
- b) O princípio da moralidade possui apenas caráter ético-social, não sendo juridicamente exigível em controle de legitimidade ou legalidade.
- c) A impessoalidade garante a liberdade do administrador em promover seu nome em campanhas publicitárias oficiais, desde que custeadas com recursos públicos.
- d) A eficiência não foi reconhecida como princípio constitucional da Administração Pública, tratando-se apenas de um ideal de gestão.
- e) A publicidade dos atos administrativos pode ser dispensada sempre que houver interesse político do administrador em manter determinadas informações reservadas.

36. Durante um feriado prolongado, um acidente ocorreu em uma ponte federal, causada pela falta de manutenção. Mariana, que trafegava no local, sofreu danos materiais em seu veículo. No entanto, verificou-se que o acidente também decorreu de sua imprudência, pois dirigia em velocidade acima da permitida.

Nessa situação, a respeito da responsabilidade civil do Estado, assinale a opção correta.

- a) O Estado não poderá ser responsabilizado, já que a imprudência da vítima exclui qualquer obrigação de indenizar.
- b) O caso configura força maior, afastando a responsabilidade estatal, pois a imprudência de Mariana rompeu o nexo causal.
- c) A responsabilidade do Estado será integral, devendo arcar com todos os danos suportados por Mariana, ainda que tenha havido culpa da vítima.
- d) A culpa exclusiva da vítima afasta o dever do Estado de indenizar, mas, no caso de culpa concorrente, a indenização poderá ser atenuada.
- e) Após indenizar Mariana, o Estado deverá ajuizar ação regressiva contra os servidores encarregados da manutenção da ponte, independentemente de prova de dolo ou culpa, pois a responsabilidade é objetiva.

37. No que se refere às entidades que compõem a Administração Indireta, assinale a opção correta.

- a) As autarquias são pessoas jurídicas de direito privado, criadas por decreto do chefe do Executivo para desempenhar atividades típicas do Estado.
- b) As fundações públicas de direito público são criadas por lei específica e possuem personalidade jurídica de direito público.
- c) As empresas públicas e sociedades de economia mista não integram a Administração Indireta, pois atuam sob regime de direito privado.
- d) As sociedades de economia mista são necessariamente constituídas sob a forma de

empresa pública, com capital exclusivamente público.

- e) As autarquias profissionais não se submetem a concurso público ou licitação, por exercerem funções de fiscalização de atividades privadas.

38. O vereador Carlos recebeu diversas denúncias de moradores de sua cidade sobre supostos desvios de recursos públicos ocorridos na secretaria municipal de saúde. Diante das acusações, decidiu instaurar uma comissão parlamentar de investigação no âmbito da Câmara Municipal e, como medida inicial, expediu requerimento solicitando informações detalhadas ao prefeito sobre os contratos e despesas da pasta.

Considerando o papel do Poder Legislativo e as modalidades de controle da Administração Pública, assinale a opção correta.

- a) O caso exemplifica o controle administrativo, pois o vereador, como integrante do Legislativo, exerce fiscalização interna da própria secretaria.
- b) O controle exercido é prévio, pois busca impedir a prática de futuros atos ilegais, não havendo relação com atos já praticados.
- c) A iniciativa do vereador caracteriza controle judicial, já que envolve apuração de ilegalidade e eventual responsabilização de agentes públicos.
- d) O controle realizado é de mérito administrativo, pois avalia a conveniência e oportunidade da conduta da secretaria municipal.
- e) O controle exercido pelo vereador é externo, de natureza legislativa, caracterizado pelo poder de fiscalização política do Legislativo sobre o Executivo.

DIREITO CONSTITUCIONAL*João Trindade*

39. Considere que Wandercleydsson Júnior elegeu-se prefeito do Município Alfa, localizado no Estado Beta. Dado que ele também é servidor do Degase-RJ, pode-se dizer que ele:

- a) poderá acumular o cargo e o mandato eletivo
- b) deve afastar-se do Degase, podendo escolher entre a remuneração do cargo efetivo e o subsídio do mandato eletivo
- c) pode acumular o cargo e o mandato eletivo, mas não as respectivas remunerações
- d) deve afastar-se do cargo e receber o subsídio do mandato eletivo, necessariamente
- e) não poderia sequer ser candidato, por ser inelegível

40. O Município do Rio de Janeiro editou lei ordinária dispendendo sobre o horário de funcionamento do comércio municipal. À luz da jurisprudência do STF, pode-se afirmar que essa lei é:

- a) inconstitucional, por invadir competência privativa da União para legislar sobre direito comercial
- b) constitucional, desde que a União tenha editado lei complementar delegando essa competência
- c) constitucional
- d) inconstitucional, uma vez que a matéria, embora seja de competência municipal, exige lei complementar
- e) inconstitucional, por invadir a competência residual dos Estados.

41. Considere que Sinforosa, filha de mãe brasileira que estava no Tadjiquistão a serviço da Petrobras com pai tadjique, deseja candidatar-se ao cargo de Vice-Presidente da República. À luz da CF, pode-se dizer que ela:

- a) pode candidatar-se, pois o cargo em questão não é privativo de brasileiro nato
- b) não pode candidatar-se, pois o cargo em questão é privativo de brasileiro nato
- c) pode candidatar-se, pois o cargo em questão é privativo de brasileiro nato, condição que ela ostenta
- d) só pode candidatar-se caso faça a opção pela nacionalidade brasileira, após a maioridade
- e) só poderia candidatar-se caso tivesse nascido em solo brasileiro

42. O Prefeito do Município de Seropédica-RJ, irresignado com a aprovação pela Câmara Municipal de uma lei que, no entendimento do alcaide, viola a Constituição Federal, consultou sua assessoria jurídica sobre a possibilidade de ajuizamento de ação de controle concentrado, de competência do STF, sendo então corretamente informado que:

- a) é cabível o ajuizamento de ação de controle concentrado, mas apenas na esfera do TJRJ
- b) é cabível o ajuizamento de ADPF perante o STF
- c) é cabível o ajuizamento de ADI no STF
- d) é cabível o ajuizamento de reclamação no STF
- e) é cabível o ajuizamento de ação ordinária no TJRJ

43. Durante situação de calamidade pública de âmbito nacional, um grupo de 25 Senadores apresentou uma Proposta de Emenda Constitucional, a fim de constitucionalizar a regra segundo a qual é crime hediondo realizar queimadas. Era previsto, ainda, que essa nova regra atingiria pessoas que tivessem cometido o crime nos dois anos anteriores à entrada em vigor da emenda constitucional. Aprovada em ambas as Casas do Congresso Nacional, por maioria absoluta, a emenda constitucional foi enfim sancionada pelo Presidente da República, promulgada e publicada.

À luz da Constituição, da doutrina e da jurisprudência, pode-se afirmar que a Emenda Constitucional assim aprovada apresenta vícios:

- a) em relação aos limites circunstanciais, formais e materiais
- b) em relação aos limites formais e materiais
- c) em relação apenas aos limites formais
- d) em relação aos limites circunstanciais e materiais
- e) apenas em relação aos limites circunstanciais

d) incorreta, porque basta a prova de renda para reconhecer a plena capacidade civil.

e) correta, porque a emancipação por casamento, exige que tenha um emprego com renda.

45. Durante travessia marítima, um veleiro naufraga em mar aberto. Após 8 meses de buscas oficiais ininterruptas, nada foi encontrado. A família requer declaração de morte presumida do tripulante Oliveira, sem prévia decretação de ausência. De acordo com o Código Civil, o pedido

- a) deve ser indeferido, pois a morte presumida exige prazo mínimo de 2 anos.
- b) pode ser deferido, desde que demonstrada a extrema probabilidade do óbito e fixada a data provável do falecimento.
- c) só pode ser deferido após a sucessão provisória do ausente.
- d) depende de prévia interdição do ausente para nomeação de curador.
- e) só é cabível em caso de guerra declarada.

DIREITO CIVIL

Cadu Carrilho

44. Lia, com 16 anos completos, casou-se e se mudou para o Município de Arapongas, onde começou a faculdade. Seus pais não fizeram escritura pública de emancipação nem houve decisão judicial a respeito. Desejando firmar contrato de locação residencial em seu próprio nome, a imobiliária exigiu “autorização dos pais”. À luz do Código Civil, a exigência é

- a) correta, porque a emancipação só pode ser concedida por escritura pública dos pais.
- b) correta, porque a emancipação se deu com o ingresso na faculdade.
- c) incorreta, porque o casamento emancipa legalmente o menor de 16 anos.

46. O estatuto da Associação Cultural Amigos do Bairro prevê que a diretoria pode excluir o associado por “conduta incompatível com os valores institucionais”, sem necessidade de notificação prévia, defesa ou recurso. José foi excluído diretamente por deliberação da diretoria com base nessa cláusula. À luz do Código Civil, é correto afirmar que a exclusão

- a) é válida, pois prevalece a autonomia estatutária das associações.
- b) é inválida, pois a lei assegura o direito de defesa ao associado.
- c) é válida, desde que a decisão seja fundamentada.
- d) é inválida apenas se o associado tiver mais de 5 anos de filiação.
- e) é válida, mas depende de confirmação judicial.

47. Rafael reside com ânimo definitivo em Belo Horizonte. De segunda a quinta trabalha em Vitória, onde aluga apartamento e mantém consultório; às sextas leciona em Vila Velha; e, em férias, passa um mês por ano em Guarapari. Em ação indenizatória proposta por paciente atendido no consultório de Vitória, quanto ao domicílio de Rafael, é correto afirmar que ele

- a) só tem domicílio em Belo Horizonte, onde reside com ânimo definitivo.
- b) tem domicílio especial em Guarapari por ser local de férias recorrentes.
- c) possui domicílio necessário em Vila Velha em razão da docência.
- d) não pode ter mais de um domicílio.
- e) possui domicílio geral em Belo Horizonte e domicílio profissional em Vitória.

48. Em contrato de compra e venda de uma chácara, o vendedor retirou, ao desocupar o imóvel, (i) vasos e móveis soltos, (ii) um piano antigo que já está há muitos anos naquela casa e (iii) parte do sistema de irrigação subterrâneo fixado ao solo. Nada constava no instrumento sobre esses itens. Assinale a opção correta.

- a) O sistema de irrigação é pertença e podia ser retirado livremente.
- b) O piano é bem imóvel e deveria permanecer no bem vendido.
- c) O sistema de irrigação, por ser móvel por antecipação, podia ser retirado.
- d) Os vasos e móveis soltos são pertenças e, salvo ajuste, não acompanham o principal.
- e) Todos os itens seguem a sorte do imóvel por força do princípio da gravitação jurídica.

DIREITO PENAL*Renan Araujo*

49. Durante uma grave crise internacional de abastecimento, provocada por tensões geopolíticas e bloqueios comerciais, entrou em vigor, no Brasil, determinada lei criminalizando a conduta de exportar medicamentos, insumos hospitalares e alimentos, com o objetivo de evitar o desabastecimento interno. A referida lei estabeleceu que a conduta seria considerada típica apenas enquanto durasse a situação emergencial.

Nesse caso, é correto afirmar que tal lei é exemplo de lei penal:

- a) temporária, e, embora decorrido o período de sua duração, aplica-se ao fato praticado após sua vigência
- b) temporária, e, embora decorrido o período de sua duração, aplica-se ao fato praticado durante sua vigência
- c) temporária, e uma vez decorrido o período de sua duração, não se aplica aos fatos praticados durante sua vigência
- d) excepcional, e, embora decorrido o período de sua duração, aplica-se ao fato praticado antes de sua vigência
- e) excepcional, e, embora decorrido o período de sua duração, aplica-se ao fato praticado durante sua vigência

50. Rodrigo, agente da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro, dirige-se à comunidade da Rocinha para cumprir um mandado de prisão expedido pela autoridade judiciária competente. Ao chegar ao local, Rodrigo observa um homem sobre uma laje segurando um objeto que lhe parece ser uma arma de fogo. Acreditando tratar-se de um criminoso armado, o policial dispara e acaba ferindo o indivíduo. Posteriormente, descobre-se que se tratava de Jorge, um morador que segurava uma furadeira e estava realizando um reparo em sua residência.

Nesse caso, é correto afirmar que houve erro:

- a) de tipo incriminador
- b) de tipo permissivo
- c) sobre a pessoa
- d) na execução
- e) de proibição

51. Marte e Mercúrio eram credores de Júpiter, e há algum tempo vinham cobrando seus créditos, sem receberem o pagamento devido. Certo dia, um sem saber da intenção do outro, ambos decidiram matar Júpiter. Sabendo que ele costumava seguir sempre o mesmo trajeto ao retornar do trabalho para casa, posicionaram-se, cada um atrás de uma árvore, e aguardaram sua passagem. Quando Júpiter passou, os dois dispararam simultaneamente. Júpiter foi atingido e faleceu no local. Durante as investigações, ficou comprovado que ambos atentaram contra a vida de Júpiter, mas a perícia não conseguiu identificar qual dos disparos foi o responsável pelo resultado fatal, já que as armas não foram apreendidas e não puderam ser periciadas.

Nesse caso, é correto afirmar que:

- a) ambos deverão ser responsabilizados por homicídio doloso consumado, em razão da coautoria
- b) ambos deverão ser responsabilizados por homicídio doloso tentado, em razão da autoria colateral incerta

c) ambos deverão ser responsabilizados por homicídio doloso consumado, em razão da autoria colateral incerta

d) ambos deverão ser responsabilizados por homicídio doloso tentado, em razão da coautoria

e) ambos deverão ser responsabilizados por homicídio doloso tentado, em razão do desvio subjetivo de conduta

52. Hermes, Oficial de Justiça do Tribunal de Justiça do estado Alfa, apropriou-se de dois *notebooks* dos quais tinha a posse em razão de seu cargo público. Os objetos haviam sido apreendidos durante uma diligência de busca e apreensão realizada pelo próprio servidor, em conjunto com a polícia. Ao relatar o ocorrido à sua esposa, Afrodite, Hermes é convencido por ela a devolver os bens. Dois dias após o fato, arrependido e tocado pelas palavras de sua amada, o agente público devolve os objetos, antes mesmo que fosse instaurado inquérito policial para apuração dos fatos.

Nesse caso, é correto afirmar que:

- a) em razão do arrependimento posterior, Hermes fará jus a uma causa de diminuição de pena de um a dois terços
- b) em razão da desistência voluntária, Hermes terá sua pena reduzida de um a dois terços
- c) em razão do arrependimento eficaz, haverá causa de extinção da punibilidade em favor de Hermes
- d) em razão do arrependimento eficaz, Hermes fará jus a uma causa de diminuição de pena de um a dois terços
- e) houve crime de peculato-apropriação consumado, sem redução de pena, dada a ausência de voluntariedade na restituição

53. Thiago conduzia seu veículo automotor pela Via Dutra, altura de Belford Roxo-RJ, quando colidiu com outro veículo, sem gravidade. Abordado pela Polícia Rodoviária Federal, Thiago, que não era habilitado, apresentou, pelo celular, um documento em PDF, que segundo ele seria uma CNH digital. Os policiais fizeram pesquisa no RENACH e identificaram que a CNH apresentada digitalmente não possuía registro. Após algumas perguntas, Thiago confessou que havia adquirido a CNH pela internet, pelo valor de R\$ 500,00. Nesse momento, os policiais deram voz de prisão em flagrante e o conduziram à presença da autoridade policial local.

Nesse caso, é correto afirmar que a conduta de Thiago configura:

- a) crime de uso de documento falso
- b) crime de falsificação de documento público
- c) crime de falsificação de documento particular
- d) crime de falsa identidade
- e) fato atípico, eis que um mero arquivo em PDF não pode ser considerado documento para fins penais

54. Mário, comerciante, dono de uma distribuidora de bebidas, compareceu à delegacia de polícia e comunicou à autoridade policial que Sérgio, seu concorrente, estaria vendendo produtos falsificados e contrabandeados. Mesmo sabendo que Sérgio era inocente, Mário assim agiu porque sabia que a notícia se espalharia na cidade, prejudicando a reputação da loja do concorrente. Diante dos fatos narrados, o delegado instaurou inquérito policial. Posteriormente, porém, diante da ausência de qualquer elemento comprobatório, o inquérito foi arquivado.

Nesse caso, é correto afirmar que Mário praticou o crime de:

- a) Comunicação falsa de crime ou contravenção, majorada
- b) Comunicação falsa de crime ou contravenção, sem majoração

- c) Denúncia caluniosa, sem majoração
- d) Denúncia caluniosa, majorada em um sexto pelo motivo egoístico
- e) Denúncia caluniosa qualificada

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Priscila Silveira

55. Sobre a aplicação da lei processual penal no tempo, no espaço e em relação às pessoas, conforme previsto no ordenamento jurídico brasileiro, assinale a alternativa correta:

- a) A lei processual penal nova não alcança fatos praticados antes de sua vigência.
- b) Os processos instaurados sob a lei processual penal anterior permanecem regidos por ela, ainda que sobrevenha nova legislação.
- c) A promulgação de uma nova lei processual penal exige a repetição dos atos processuais praticados sob a legislação anterior.
- d) Em regra, o princípio da nacionalidade é o que regula a aplicação da lei processual penal em âmbito internacional.
- e) O princípio da territorialidade é o que disciplina a aplicação da lei processual penal brasileira no espaço.

56. Carlos, membro do Ministério Público, apresentou denúncia contra Pedro, atribuindo-lhe a prática do crime de falsidade ideológica. Contudo, não houve prévia investigação em inquérito policial para apuração da autoria e materialidade do delito. Diante disso, assinale a alternativa correta a respeito do inquérito policial:

- a) Carlos não poderia ter oferecido denúncia sem a prévia instauração de inquérito policial.
- b) É admissível o oferecimento da denúncia com base em outras peças de informação encaminhadas ao Ministério Público, não sendo o inquérito policial indispensável.
- c) O inquérito policial é marcado pela característica da obrigatoriedade em todos os casos.
- d) A dispensa do inquérito policial ocorre apenas nas infrações penais de ação penal privada.
- e) A dispensa do inquérito policial ocorre apenas nas infrações penais de ação penal pública.

57. No âmbito do processo penal, o Código de Processo Penal estabelece situações de impedimento e de suspeição do magistrado. Assinale a alternativa que apresenta, nessa ordem, uma hipótese de impedimento e outra de suspeição:

- a) Quando o magistrado tiver atuado como testemunha no processo e quando tiver prestado aconselhamento a qualquer das partes.
- b) Quando o magistrado for credor de uma das partes e quando o sogro do juiz possuir interesse direto no processo.
- c) Quando o magistrado tiver aconselhado qualquer das partes e quando tiver exercido a função de curador de uma das partes.
- d) Quando o magistrado tiver atuado previamente como delegado de polícia no processo e quando seu cônjuge figurar como parte no feito.
- e) Quando o magistrado for inimigo declarado de qualquer das partes e quando já tiver julgado a mesma causa em outra instância, emitindo decisão de fato ou de direito.

58. No sistema jurídico brasileiro, a liberdade constitui a regra geral, sendo a prisão uma medida excepcional disciplinada pelo Código de Processo Penal. Sobre esse tema, assinale a alternativa correta:

- a) É proibido o uso de algemas em mulheres gestantes durante procedimentos médico-hospitalares que antecedem o parto, durante o trabalho de parto e no período imediatamente posterior ao nascimento.
- b) Qualquer cidadão pode efetuar prisão em flagrante, sendo essa uma obrigação imposta aos agentes públicos quando presenciarem a prática delitiva.
- c) A ausência de testemunhas no momento da infração torna inviável a lavratura do auto de prisão em flagrante.
- d) A prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre deverão ser comunicados ao juiz, ao Ministério Público e à família ou pessoa indicada pelo preso no prazo de 24 horas.
- e) A prisão preventiva pode ser decretada como forma de antecipar a execução da pena ou automaticamente em razão da apresentação ou recebimento da denúncia.

59. Sobre as modalidades de ação penal previstas no ordenamento jurídico brasileiro, assinale a alternativa correta:

- a) Verificada a ausência de justa causa para o prosseguimento, o Ministério Público poderá desistir da ação penal já instaurada.
- b) Não há possibilidade de ação penal de iniciativa privada em hipóteses de crime previsto como de ação penal pública.
- c) Em certas circunstâncias, o exercício da ação penal pública dependerá de prévia requisição do Ministro da Justiça ou de representação da vítima ou de quem legalmente a represente.
- d) Nos delitos de ação penal privada, o ofendido pode optar por ajuizar a queixa apenas contra alguns dos autores já identificados do crime.
- e) A decadência da ação penal condicionada à representação ocorre se a vítima ou seu representante legal não exercer o direito de representar no prazo de seis meses, contados da data do fato delituoso.

60. Em relação às provas no processo penal assinale a alternativa correta.

- a) Quando a infração deixar vestígios, será indispensável o exame de corpo de delito, direto ou indireto, podendo supri-lo a confissão do acusado.
- b) O exame de corpo de delito poderá ser feito em qualquer dia e a qualquer hora.
- c) A falta de exame complementar não poderá ser suprida pela prova testemunhal.
- d) O juiz fica subordinado ao laudo pericial, não podendo aceitá-lo ou rejeitá-lo.
- e) O juiz formará sua convicção pela apreciação vinculada da prova produzida em contraditório judicial, podendo fundamentar sua decisão exclusivamente nos elementos informativos colhidos na investigação, salvo as provas cautelares, repetíveis e antecipadas.

Discursiva

Nos contratos administrativos, a execução envolve equilíbrio entre direitos do particular e deveres da Administração. Quando surgem situações de inadimplência ou atraso, a aplicação de institutos jurídicos, como a exceção de contrato não cumprido (*exceptio non adimpleti contractus*), suscita debates sobre seus limites e compatibilidade com princípios como a continuidade dos serviços públicos, exigindo reflexão sobre hipóteses legais e efeitos práticos.

Considerando esse tema, disserte sobre a exceção de contrato não cumprido em contratos administrativos. No seu texto, aborde:

- a) Seu emprego nos contratos administrativos.
- b) Se aplicável em caso de culpa da Administração Pública.
- c) Como a *exceptio non adimpleti contractus* se relaciona com a continuidade dos serviços públicos.

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.

Sua opinião é muito importante para nós!

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>